

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A AccessCrédito - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objetivo o desenvolvimento econômico de pequenos empreendedores, oferecendo microcrédito de maneira ágil e sem burocracia. O atendimento é direcionado a pessoas físicas com vistas a viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial, industrial e de serviços e a pessoas jurídicas classificadas como microempresas e empresas de pequeno porte nos termos da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001 e da Resolução nº 3.567, de 29 de maio de 2008 do Conselho Monetário Nacional.

As atividades da Instituição com autorização do Banco Central do Brasil foram iniciadas em 1º de fevereiro de 2011 sob a administração de Accion Microfinanças, até que em 19 de março de 2015 foi publicado no Diário Oficial a aprovação do processo de transferência do controle societário para a Access Microfinance Holding AG, com sede em Berlim, Alemanha (Contrato de Compra e Venda de Ações de 10.6.2014. Decisão: Gerente-Técnico do Deorf/GTREC. Data: 24.11.2014).

A AGE realizada em 10 de dezembro de 2020, a qual havia recebido um primeiro parecer positivo para contituidade do processo de venda da totalidade das ações da sócia majoritária AccessMicrofinance Holding para a compradora Alende Holdings ÖU, cujo processo foi protocolado no Banco Central do Brasil em 11/12/2020 sob número 0000184654, foi indeferido em 28 de maio de 2021, conforme parecer, pela qual foram tomadas decisões por parte da sociedade, em razão da negativa.

Os sócios decidiram, em razão da negativa, solicitar em 01/10/2021 ao Banco Central do Brasil, em uma Assembleia Geral Extraordinária, o cancelamento da autorização de funcionamento como Instituição perante ao sistema financeiro nacional através da alteração do objeto social da Companhia, passando a ser denominada AccessCrédito S/A. O processo de cancelamento da autorização foi aprovado e publicado através do Ofício 31433/2021–BCB/Deorf/GTREC na data de 17/12/2021 e o ato de alteração foi registrado na competente Junta Comercial do Estado do Amazonas sob número 1173263 em 24/01/2022.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros comerciais, pelo honroso acompanhamento em nossa trajetória como instituição de crédito.

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em Reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os semestres findos em 31 de dezembro de 2021, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC), as quais serão aplicadas as instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco central do Brasil. Nesse sentido os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- **CPC01:** Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC03:** Demonstração de fluxo de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC04:** Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16
- **CPC05:** Divulgações sobre partes relacionadas CMN nº 3.750/09;
- **CPC10:** Pagamento baseado em ações CMN nº 3989/11;
- **CPC23:** Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CMN nº 4.007/11;
- **CPC24:** Evento subsequente - CMN nº 3.973/11;
- **CPC25:** Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CMN nº 3.823/09;
- **CPC27:** Ativo Imobilizado - CMN nº 3.823/09 - CVM nº 3.848/12;
- **CPC33:** Benefícios a Empregados - CVM nº 3.848/12.

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em Reais)

- **CPC46:** Mensuração do Valor Justo - CVM nº 4.728/19

A partir de janeiro de 2020, os procedimentos constantes das Resoluções CMN nº 4.818/20 e BCB nº 2/20 foram incluídos nas demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: as rubricas do Balanço Patrimonial por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial comparativamente com os saldos do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período do ano anterior; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

3. Resumo das principais práticas contábeis

Apuração de resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas são registradas mensalmente de acordo com o regime de competência que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas, quando aplicável, em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro-rata temporis* e calculadas com base no modelo exponencial e o registro dos juros das operações oriundas da carteira de clientes é contabilizado pelo critério de valor presente.

Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/1999 e 2.697/2000.

A atualização ("Accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, é cessado o reconhecimento de receita. As operações classificadas como nível "H"

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em Reais)

permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controlada em contas de compensação.

Provisão para perdas esperadas - Risco de Crédito

A Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a perda esperada adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

A provisão para perdas esperadas com operações de crédito até outubro de 2016 foi fundamentada considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN n° 2.682/1999 e n° 2.697/2000, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação do grau dos riscos de cada crédito. Por definição, abaixo a tabela com as faixas de risco e seus respectivos percentuais, de acordo com a norma.

Classificação da carteira	Percentual
Operação de risco AA	-
Operação de risco A	0,5%
Operação de risco B	1,0%
Operação de risco C	3,0%
Operação de risco D	10,0%
Operação de risco E	30,0%
Operação de risco F	50,0%
Operação de risco G	70,0%
Operação de risco H	100,0%

A partir de novembro de 2016 e para os exercícios subsequentes, inclusive, o findo em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito passou a ser calculada considerando critérios mais conservadores de acordo com o histórico de pagamentos, bem como de estimativas futuras de mercado menos favorável, sem, no entanto, deixar de observar os valores mínimos descritos nas resoluções mencionadas no parágrafo anterior, alterando os percentuais para os valores descritos na tabela abaixo.

Classificação da carteira	Percentual
Operação de risco AA	-
Operação de risco A	0,99%
Operação de risco B	2,99%
Operação de risco C	9,99%

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em Reais)

Operação de risco D	29,99%
Operação de risco E	49,99%
Operação de risco F	69,99%
Operação de risco G	99,99%
Operação de risco H	100,0%

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em suas respectivas categorias de acordo com a intenção da Administração.

Os títulos em negociação, são apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado e são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período.

Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL até 31/12/2021	25%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%

Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A AccessCrédito SMCEPP S/A avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização material, a instituição estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. A AccessCrédito elabora estudos para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado.

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em Reais)

a. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Imobilizado de uso

De acordo com a IAS 16-Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica estimada dos bens, que, de acordo com decisões administrativas internas, adotou os parâmetros e taxas estabelecidas pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para “Equipamentos de Informática” e 10% a.a. para as demais contas.

O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável. A AccessCrédito SCMEPP S/A elegeu o modelo de valor justo menos custo de venda para mensurar seus ativos após seu reconhecimento inicial.

Intangível

São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição, ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada, que, de acordo com decisões administrativas internas, adotou os parâmetros e taxas estabelecidas pela legislação tributária à taxa de 20% a.a.

A AccessCrédito avalia anualmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis.

b. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços;

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal, ou constituída, como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em Reais)

montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240.000 ano. A provisão para Contribuição Social é calculada à alíquota de 25%, conforme lei n. 14.183/2021.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro-rata temporis*”). O financiamento é demonstrado a valor presente na data do encerramento dos balanços, considerando o prazo de pagamento a curto e longo prazo.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os ativos contingentes são reconhecidos quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Resultado recorrentes e não recorrentes

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, a AccessCrédito SCMEPP S/A considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da instituição.

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em Reais)

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. São compostos por eventos que podem originar ajustes, que são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e eventos que não originam ajustes, que, por sua vez, são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Disponibilidades

Os saldos de Caixa e Bancos são representados por disponibilidades em moeda nacional.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	174.155	87.287
Aplicações Financeiras de Liquidez	21.058	56.498
Total	195.213	143.785

A redução dos saldos em disponibilidades se deu pela aplicação dos recursos na carteira de crédito, mas sem viés de crescimento e na manutenção das atividades, devido limitações na fonte de recursos para financiamento das atividades.

Aplicações em renda fixa e operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela AccessCrédito SCMEPP S.A. para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo:

Títulos	31/12/2021		31/12/2020	
	Qtd. Cotas	Saldo	Qtd. Cotas	Saldo
BRADESCO FICFI RF DI SPECIAL	121,19423	2.314	2.942,48609	53.755
CAIXA FIC GIRO MPE RF REF DI LP	10.658,10389	18.744	1.608,74790	2.743
Total	10.779,29812	21.058	4.551,23399	56.498

As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício.

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em Reais)

5. Operações de crédito

a. Composição da carteira de operações de crédito

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito por tipo, vencimento e concentração.

<u>Operações de crédito - por tipo</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Empréstimos	1.409.318	4.789.871
Rendas Apropriadas	71.089	130.784
(-) Rendas a Apropriar	(253.635)	(1.054.779)
Saldo em 31 de dezembro	1.226.771	3.865.876
(-) Provisão operações de crédito	(514.773)	(475.131)
Saldo em 31 de dezembro líquido da PCLD	711.998	3.390.745

<u>Operações de crédito - por vencimento</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Vencido a partir de 1 dia	302.239	268.425
A vencer até 90 dias	332.097	1.270.282
A vencer até 180 dias	236.309	892.762
A vencer até 360 dias	197.679	943.564
A vencer acima de 360 dias	87.359	490.842
Saldo em 31 de dezembro	1.155.683	3.865.876

<u>Operações de crédito - por concentração</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Maior devedor	46.782	102.104
10 Maiores devedores	277.817	496.217
50 Maiores devedores	697.239	1.209.354
100 Maiores devedores	921.760	1.747.963

b. Provisão para perdas esperadas - Risco de Crédito

A composição da carteira de operações de créditos, distribuída nos correspondentes níveis de riscos, de acordo com a resolução CMN nºs 2.682/1999 está demonstrada a seguir, considerando, no entanto, um acréscimo estimado sobre os percentuais legais de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, julgados pela administração da companhia como estimativas aceitáveis, em consonância, entretanto, com os limites estabelecidos pelas normas do Bacen:

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em Reais)**

Nível de risco	Provisão (%)	31/12/2021			31/12/2020		
		Total das operações	PECLD	Carteira Líquida	Total das operações	PECLD	Carteira Líquida
A	0,99	527.558	5.223	522.335	2.913.296	28.842	2.884.455
B	2,99	49.467	1.479	47.988	196.209	5.867	190.343
C	9,99	67.717	6.765	60.952	200.722	20.052	180.670
D	29,99	60.698	18.203	42.494	69.425	20.821	48.604
E	49,99	30.664	15.329	15.335	105.631	52.805	52.826
F	69,99	76.270	53.381	22.888	112.764	78.923	33.840
G	99,99	51.838	51.833	5	68.904	68.897	7
H	100	362.559	362.559	-	198.925	198.925	-
Total		1.226.771	514.773	711.998	3.865.876	475.131	3.390.745

A Administração leva em consideração a conjuntura sócio econômica do País, que tem se mostrado fortemente desfavorável quanto ao nível de risco e inadimplência do mercado nacional financeiro.

Anualmente, no início de cada exercício, ao observar uma recuperação na carteira, bem como do mercado, tais percentuais podem ser revistos a julgo da administração.

A tabela abaixo apresenta as variações na provisão para perdas esperadas.

PECLD	Saldo em 31/12/2020	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo em 31/12/2021
Total	475.131	463.637	503.278	514.772

A AccessCrédito avalia a evidência objetiva de risco de perda nas operações de crédito de forma individual para os ativos financeiros, quer sejam significativos ou não. A decisão é tomada com base na coleta de informações nos contatos realizados de forma pessoal ou eletrônico.

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Em Reais)

6. Imobilizado de uso

Descrição	Taxa a.a %	Saldo Inicial 31/12/2020	Movimentação no Período			Saldo final 31/12/2021
			Adições	Baixas	Impairment	
Instalacoes em propriedade de terceiros	10%	283.571	-	(283.571)	-	0
Móveis e equipamentos de uso	10%	50.058	-	(50.058)	-	0
Computadores e periféricos	20%	149.453	31.077	(180.530)	-	0
Imóveis Direitos de Uso	34%	125.740	35.283	(161.023)	-	-
Custo		608.822	66.359	- 675.181	-	(0)
Instalacoes em propriedade de terceiros		(116.044)	(167.527)	283.571	-	0
Móveis e equipamentos de uso		(30.406)	(19.652)	50.058	-	-
Computadores e periféricos		(119.561)	(60.969)	180.530	-	-
Imóveis Direitos de Uso		(57.481)	(103.542)	161.023	-	-
Depreciação Acumulada		(323.492)	(351.690)	675.181	-	0
Imobilizado Líquido		285.331	(285.331)	-	-	-

7. Intangível

Descrição	Taxa a.a %	Saldo inicial em 31/12/2020	Movimentação no Período			Saldo final em 31/12/2021
			Adições	Baixas	Impairment	
Direito De Uso Software	20%	789.398	186.863	(186.863)	-	789.398
Amortização Acumulada (-)		(576.115)	(277.425)	186.863	-	(666.678)
Intangível Líquido		213.283	(90.563)	-	-	122.720

Direitos de Uso - Softwares correspondem às licenças e direitos de uso de softwares diversos adquiridos bem como software *core banking* em desenvolvimento.

8. Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto e contribuições a recolher	44.572	67.452
Férias e encargos	85.755	130.683
	130.327	198.135

As obrigações fiscais e previdenciárias referem-se aos impostos e contribuições sobre a receita e as retenções sobre fornecedores, clientes e terceiros a serem recolhidos de acordo com os prazos e percentuais previstos nas legislações vigentes.

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em Reais)

9. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$39.153.642, divididos em 4.968.503.786 cotas, integralmente aprovados pelo Banco Central do Brasil em diversas capitalizações.

b. Reserva de ágio por subscrição de ações

A diferença entre o preço das ações pago pelos subscritores e seu valor nominal, bem como a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que superar a importância destinada a formação do capital social, será considerada “Reserva de Capital”. A reserva assim constituída recebe a denominação de “Reserva de Ágios por Subscrição de Ações”.

c. Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% para constituição de reserva legal;
- 25% do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas;
- O excedente terá a destinação que a Assembleia Geral viesse a determinar.

10. Contingências

A AccessCrédito SCMEPP S.A. é parte em ações de naturezas trabalhista, tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, prováveis e remotas, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais houve constituição de provisão no valor de R\$ 29.724, conforme movimentação e estimativas no quadro a seguir:

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em Reais)

Descrição	Saldo 31/12/2020	Entrada Processos	Baixa Processos	Saldo 31/12/2021
Reclamação Trabalhista	197.875	-	(5.950)	191.924
Provável	35.674	-	(5.950)	29.724
Possível	162.201	-	-	162.201
Remota	-	-	-	-
Reclamação Cível	91.743	35.253	-	126.996
Possível	91.743	35.253	-	126.996
Remota	-	-	-	-
Reclamação Tributária	-	-	-	-
Possível	-	-	-	-
Remota	-	-	-	-
Saldo Total	289.618	35.253	(5.950)	318.921

11. Partes relacionadas e outros passivos

A AccessCrédito SCMEPP S.A. possui rendas de clientes a serem apropriadas em períodos seguintes provenientes de comissão por abertura de crédito.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 243.444 (R\$ 265.267 em 31 de dezembro de 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo.

b. Outros passivos

Representam obrigações de curto prazo com fornecedores de serviços.

12. Empréstimos e Financiamentos

A AccessCrédito SCMEPP S/A não possui mútos em 31/12/2021, os quais foram liquidados no segundo semestre em razão do pedido do cancelamento da autorização de funcionamento, em atendimento ao disposto no artigo 6º, inciso V da Circular Nº 3.962 de 24/09/2019, cuja movimentação é demonstrada, conforme mapa abaixo.

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em Reais)**

Contrato	Taxa %a.a.	Vencimento	Saldo em 31/12/2020	Adição	Juros - R\$	Amort.	Subtotal	Juros a Apropriar	Saldo em 31/12/2021
012.104.850	13,89%	24/05/2021	79.040	-	-	79.040		-	-
012.368.458	13,89%	27/09/2021	97.225	-	36.800	134.024		-	-
012.428.664	13,89%	26/04/2021	23.878	-	-	23.878		-	-
012.667.815	13,22%	22/02/2021	30.179	-	-	30.179		-	-
014.297.607	12,81%	06/10/2022	343.073	-	279.700	591.338	31.435	31.435	-
Saldo			573.395	-	316.500	858.460	31.435	31.435	-

13. Receitas operacionais líquidas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de empréstimos (a)	1.050.664	2.210.488
Recuperação de créditos baixados	167.875	219.178
Rendas com fundo de investimento	2.953	3.261
	1.221.492	2.432.927

(a) Saldos referem-se a rateios de rendas de contratos de empréstimos anteriores e novos contratos.

14. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	991.623	815.298
Encargos sociais	386.599	304.060
Benefícios	289.389	305.290
	1.667.611	1.424.648

15. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas e Tributárias

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Serviços técnicos especializados (b)	332.542	269.416
Aluguéis	-	-
Serviços de terceiros	19.410	59.343
Dispêndios e Despesas Tributárias	64.049	120.543
Outros	294.532	525.898
	710.534	975.200

(b) Saldos referem-se a rateios de Serviços técnicos, como Serviços advocatícios, Recursos humanos, Tecnologia da Informação e Auditoria.

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em Reais)

16. Outras receitas e (despesas) operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação	(351.690)	(103.753)
Amortização	(277.425)	(152.020)
Juros s/ Empréstimo	(72.063)	(93.684)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(503.278)	(448.499)
Descontos concedidos	(2.371)	(41.576)
Variação Cambial Ativa/(Passiva)	-	(69.595)
Outras receitas	351.280	3.553
Outras (despesas)	(22.518)	(10.337)
	(878.065)	(915.910)

17. Tributos

Conciliação de Encargos de IR e CSLL	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos Tributos e Contribuições	(2.034.718)	(882.831)
Despesas não dedutíveis/Receitas não tributáveis	947.859	493.406
Resultado Fiscal	(302.369)	(26.234)
Dedução legal - Compensação de prejuízo fiscal	-	-
Encargo IR (25%) e CSLL (25%)	-	-

18. Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Antes das Destinações	(2.034.718)	(882.831)
Eventos Não Recorrentes	(327.507)	128.533
Resultado Recorrente	(2.362.225)	(754.298)

19. Gerenciamento de risco

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Instituição. Por isso, a Instituição conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em Reais)

a. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais

A Instituição tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações.

Os riscos operacionais inerentes à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria executiva, o qual busca continuamente identificar e acompanhar os processos de maior exposição aos riscos institucionais e dar o devido tratamento.

b. Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

A Instituição possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado baseadas nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464/2007.

O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de instrumentos para a identificação, mensuração, a avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e de reporte.

c. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade de a instituição honrar com suas obrigações, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa.

A Instituição gerencia o risco de liquidez através do permanente monitoramento do fluxo de caixa esperado, definição de níveis mínimos de liquidez, de um plano de contingência, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 2.804/2000.

d. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, a Instituição considera risco de crédito “a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação”.

ACCESSCRÉDITO - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Em Reais)

Na instituição, o gerenciamento do risco de crédito consiste na avaliação e no monitoramento de forma contínua da qualidade das operações de crédito, objetivando manter as exposições em níveis considerados aceitáveis pela Alta Administração.

A AccessCrédito estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência e considera, ainda, fatores externos, como taxas de juro e inflação, perspectivas de mercado, entre outros.

20. Limites operacionais (Acordo de Basileia)

Em 31 de dezembro de 2021, a Instituição encontra-se enquadrada nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar.

O índice de Basileia da Instituição em 31 de dezembro de 2021 é de 94,26% (72,10% em 31 de dezembro de 2020).

21. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/10/2021, registrada na competente Junta Comercial do Estado do Amazonas em 24/01/2022 sob número 1173263 estabelece o fim do ciclo da entidade como fomentadora de microcrédito na cidade de Manaus. A empresa passa a atuar como empresa de cobrança, conforme reforma estatutária tratada na AGE em questão.

Em 23/02/2022, foi registrada na Junta Comercial, sob número 1180055 a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/02/2022 que tratou da cessão onerosa das ações do acionista minoritário, passando a Access Microfinance Holding AG, a ser a única acionista com 100% do capital da empresa.